



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Forças Armadas, Militares da Reserva, Anticomunismo e a Comissão Nacional da Verdade – Memórias em Disputa

Eduardo Heleno de Jesus Santos

Como citar: SANTOS, E. H. J. Forças Armadas, Militares da Reserva, Anticomunismo e a Comissão Nacional da Verdade – Memórias em Disputa. *In:* AGUILAR, S. L.; ALONSO, I. Z. (org.). **Os Desafios da Política Externa e Segurança no século XXI**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 127-148.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p127-148>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

FORÇAS ARMADAS, MILITARES DA RESERVA, ANTICOMUNISMO E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – MEMÓRIAS EM DISPUTA

Eduardo Heleno de Jesus Santos

1 – INTRODUÇÃO

Abordaremos nesse breve artigo a maneira como as Forças Armadas e os militares da reserva, formando grupos de pressão política inseridos ainda na lógica anticomunista da guerra fria, marcaram posição na batalha da memória antes, durante e após a atuação da CNV. Em um primeiro momento, analisaremos os documentos de grupos de pressão política formados por militares da reserva que se colocavam contra a ideia de revisão do passado. Logo após, mostraremos as ações desses grupos e de instituições como o Clube Militar e as próprias Forças Armadas em torno dessa batalha da memória. Por fim, apresentaremos alguns documentos e ações

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7983-968-9.p127-148>

feitas por essas entidades durante e após a aprovação da CNV. Para melhor empreender esse trajeto é necessário ter como base algumas constatações: a existência de um grande período de autonomia política¹ das Forças Armadas, que antecede à redemocratização, e sua diminuição; forte tendência ao anticomunismo no seio militar e a um ressentimento evidente nos militares da reserva a respeito das políticas de memória e reconhecimento ao longo da redemocratização.

2 – A AUTONOMIA POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS

A república brasileira de 1946 se insere em um contexto em que os militares e as Forças Armadas tem, perante a sociedade, um papel ampliado. Veteranos e vencedores da Segunda Grande Guerra no plano externo; foram, no plano interno, suporte da ditadura do Estado Novo e promotores de seu fim. Representam valores que, em termos democráticos, se colocam acima do jogo político e, em termos republicanos, como base das demais instituições do país.

Essa construção é em parte feita com o apoio que Vargas dá ao fortalecimento das Forças Armadas, em especial o Exército, por meio de dois generais de confiança: Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro; esse fortalecimento, feito com o expurgo de correntes internas contrárias, com o enfraquecimento das polícias estaduais e com a modernização das doutrinas, técnicas e equipamentos, com a ampliação do número de militares em setores burocráticos, trouxe à instituição maior poder de atuação política.

Em uma sociedade pouco acostumada às lides democráticas e afeita a tendências autoritárias até mesmo dentro dos partidos políticos e movimentos sociais, a imagem dos militares acaba ganhando o papel não apenas de defender o território de uma ameaça externa, o que acontece

¹ Eliezer Rizzo Oliveira considera autonomia a condição do aparelho militar de implementar seus próprios interesses com grau elevado de autogerenciamento, decorrente do caráter ditatorial do regime político (OLIVEIRA, 2005). Samuel Alves Soares observa dois tipos de autonomia militar. A autonomia orientada para o poder político, como a existente no período entre 1946 e 1964 no Brasil e a autonomia autárquica, de cunho institucional, observada após a redemocratização (SOARES, 2006).

apenas na Segunda Guerra, mas o de atuar internamente, como já ocorrera em diversos episódios, em especial nas crises políticas.²

Dentro da instituição, essa imagem é reforçada pela vitória do tenentismo na década de 1930, pelos ideais legados das tradições positivistas, das ideologias do soldado-cidadão e do soldado-corporação. Essa última previa a possibilidade de atuação política das Forças Armadas em bloco, algo que se cristaliza na fala do general Berthold Klinger: "o posto supremo de direção (do país) é problema do Estado-Maior" (CARVALHO, 1997, p.233). Em uma conhecida obra, *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*, outro general importante nesse período, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ressalta o papel político da instituição "[...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército." (COELHO, 2000, p. 115–116).

Essa diferenciação supõe uma instituição forte que guie não somente seus integrantes para a preparação para guerra, mas que incute no cidadão valores nacionais e organize a sociedade, nos campos político, econômico e moral. Nessa linha de raciocínio, alguns dos papéis das Forças Armadas, para Góes Monteiro, são apoiar governos fortes, pois "só com a força é possível construir" e disciplinar o povo, para obter o máximo de rendimento em todas as atividades.

Diante das concepções de disciplina e organização social, nada mais perturbador para os militares que comungam das ideias de Góes Monteiro que a atividade sindical. Em 1942, quando Getúlio Vargas se aproxima dos sindicatos, a sustentação dada pelas Forças Armadas ao Estado Novo sofre o seu primeiro baque. Para José Murilo de Carvalho, foi a razão para o divórcio entre os militares e Vargas (CARVALHO, 2005). A separação completar-se-ia com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, quando há a percepção da ambiguidade de lutar contra o fascismo no campo externo e apoiar o Estado Novo, com seu perfil autoritário cada vez mais voltado para o trabalhismo, no campo interno.

² Sobre essa tendência autoritária, vale lembrar pesquisa realizada em 2017 pela ONG *Latinobarómetro*. Dos entrevistados em 18 países da América Latina, os brasileiros são o povo que menos confia na democracia (CARMO, 2017).

A partir de 1945, as Forças Armadas detêm uma forte imagem estabilizadora. Seguindo a tendência militarista vista em outros países, como a Argentina, os dois candidatos com grandes possibilidades de vencer as eleições daquele ano vieram do meio militar: os generais Eurico Gaspar Dutra (PSD-PTB) e Eduardo Gomes (UDN). Para Edmundo Campos Coelho, se acentua nesse período a fase institucional do Exército baseada na política laudatória, ou seja, o período de aumento de autonomia da instituição e da perda de autonomia do meio civil, no qual a sociedade brasileira “passa a ser dependente de um centro específico de decisão”, que é o Exército. Coelho destaca que a política laudatória, baseada na exaltação das virtudes reais e imaginadas do Exército, na semântica pobre que formula um Poder Moderador “[...] é a expressão do oportunismo político, que se manifesta no cálculo de custos e ganhos do de uma adesão prematura – ou demasiadamente tardia – às correntes de opinião militar que venham a prevalecer no Exército em momentos críticos” (COELHO, 2000, p. 139).

É nesse ambiente marcado pela autonomia política das Forças Armadas que será formada boa parte dos oficiais que atuarão na repressão no regime cívico-militar de 1964 e que se colocarão, durante a redemocratização, contra as iniciativas em torno das políticas de memória e conciliação. Além da autonomia política, que faz os militares entenderem sua identidade como construtores da nação, organizadores do tecido social, árbitros das crises políticas, há de se conjugar os efeitos do anticomunismo e das novas sintaxes sobre a ideia de inimigo interno que são elaboradas e difundidas no período.

3 – FORTE TENDÊNCIA AO ANTICOMUNISMO E A VISÃO ORIENTADA CONTRA O INIMIGO INTERNO

O projeto de fortalecimento das Forças Armadas estabelecido no governo Vargas reveste-se também de uma visão extremamente negativa do comunismo. Embora entre 1930 e 1938 tenham ocorrido mais de 90 quarteladas, revoltas e rebeliões nos quartéis; em 1932, São Paulo e a União tenham entrado em guerra civil; são as quarteladas ocorridas em novembro de 1935, conhecidas como Intentona Comunista, que marcam ideologicamente uma nova concepção sobre o inimigo a ser repellido pe-

los militares. A imagem negativa associada aos comunistas se tornou mais influente e permanente do que a imagem dos integralistas, embora ambos tenham sido vistos como ameaça à unidade das Forças Armadas.

Após o controle das rebeliões ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, o governo Vargas procurou fazer propaganda contra a irradiação do comunismo dentro das fileiras, criando o culto aos mortos na Intentona que contou com a presença em suas cerimônias, até a década de 1990, do presidente da República. Foi criado também o primeiro livro da então Biblioteca Militar, *Em Guarda Contra o Comunismo*, obra em que foram reunidos diversos discursos de autoridades à época em crítica tanto a ideologia quanto em relação à Intentona (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1938).

O anticomunismo nas Forças Armadas e na sociedade brasileira tem início logo na Revolução Russa, porém, reaparece, como aponta Motta, em ondas (MOTTA, 2002). Se, na década de 1930, o uso político da intentona comunista é instrumento para fortalecimento da instituição, na década de 1950, em um ambiente marcado pela bipolaridade das superpotências, o anticomunismo ajuda reforçar nova identidade para as Forças Armadas: serem promotoras do desenvolvimento, para evitar a influência dos movimentos de esquerda, e da segurança, para reforçar o papel de atuação nacional e regional contra o inimigo interno, privilegiadas em relação às demais autoridades ou órgãos civis.

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada à luz do *National War College* em 1949, mas com percepção própria de sua função, busca formar nova elite no meio militar e civil, irradiando não somente o binômio desenvolvimento e segurança, mas suas interpretações sobre a maneira como o velho império francês e a ascendente superpotência norte-americana lidam com os processos revolucionários. As exegeses da doutrina de Guerra Revolucionária e de Segurança Nacional reforçam a ideia do inimigo interno, orientando os estudos militares e as articulações no alto oficialato em torno de uma agenda de ação incisiva e ampliada do Exército na política.

Ao longo da década de 1960, sua vinculação com o meio civil acaba se inserindo não somente na ESG, mas em diversos grupos ligados aos militares *esguianos* e ao empresariado, como o Instituto de Pesquisas

e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses grupos vão reforçar a visão dos militares como árbitros da política em 1961 e 1964, como contraponto ao governo de João Goulart. Para o público em geral, ademais de serem os interventores diante da irresolução política, os militares viram o instrumento necessário para a contenção do comunismo.

Além de servir como ideologia contra o governo João Goulart, o anticomunismo funda as bases para o discurso do golpe de 1964. O Ato Institucional cita que a revolução foi necessária para destituir o governo “que se dispunha a *bolchevizar* o país” e que seriam realizadas medidas “destinadas para drenar o bolsão comunista”. A tônica está presente nos atos, nos decretos, nos discursos e documentos, na propaganda do regime militar. Mais importante ainda, o anticomunismo e as doutrinas de guerra revolucionária e segurança nacional dão legitimidade à perseguição da oposição política de esquerda.

O conceito maleável sobre o que é o inimigo interno e sobre a esquerda dão margem ao assédio generalizado. A perseguição acontece não somente no meio civil como também nos quartéis. Em diferentes pesquisas Paulo Cunha (2014) e Marcus Figueiredo (1978 apud MACHADO, 2006) convergem na conclusão que, em relação ao número de atingidos, os militares são a categoria mais afetada pelo golpe de 1964 (CUNHA, 2014).

No governo Costa e Silva, o endurecimento do regime via AI-5 em 1968, dissemina a aplicação sistemática da repressão estatal nos mais diversos campos da sociedade brasileira. Tal inserção alimenta o papel crescente e cada vez mais autônomo da comunidade de segurança e informações.

Embora o discurso anticomunista tenha se mantido, a autonomia política das Forças Armadas passou por um longo e controverso processo de redução. Dentro do alto-escalão, mesmo que não fosse de forma imediata, a nova lei de promoções aprovada ainda no governo Castelo Branco viria a reduzir a influência dos generais que permaneciam muito tempo no posto – denominados por Oliveiros Ferreira como totens

dentro dos quartéis, diminuindo em longo prazo a politização no alto-comando (FERREIRA, 2000).

A distensão no governo Geisel, permeada entre a necessidade de conter a comunidade de informações e segurança e de controlar os grupos políticos da oposição é feita de maneira lenta e gradual. A autonomia da comunidade de informações e segurança constitui-se um fardo para as Forças Armadas, uma vez que os grupos que representavam o inimigo interno estavam desmantelados ao final de 1973. A influência dessa comunidade e seus efeitos na hierarquia e disciplina poderiam ser desgastantes para a instituição, embora alguns militares a vissem ainda como necessária para conter a “ameaça” comunista.

No governo Figueiredo, essa comunidade de informações e segurança agiria, junto à extrema-direita, em uma série de atentados à bancas de jornais, à sede do Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros. O anticomunismo se mantém ao longo da redemocratização, alimentando a paranoia contra a esquerda e sendo em muitos casos um freio à abertura democrática. Episódios já bem documentados como o caso Baumgarten, o atentado ao Rio Centro e outros menos citados como a Operação Bruxos revelam como a prédica anticomunista afetava o processo político de distensão.

4 – RESSENTIMENTO ENTRE OS MILITARES DA RESERVA

A redemocratização opera em diversos aspectos da autonomia política das Forças Armadas. No campo do discurso, a identidade dada aos militares por uma crescente articulação de grupos políticos civis em prol do retorno à democracia, é marcada pela visão negativa das Forças Armadas, muito diferente aquela observada ao final de 1945. Se eram vistos como nacionalistas no pós segunda guerra, não raro eram taxados de cúmplices dos norte-americanos em 1985. Se ao fim do Estado-Novo eram os porta-vozes da democracia, quarenta anos depois representavam o entulho autoritário na voz dos políticos. Os 21 anos de regime cívico militar, com seus acertos e equívocos, haviam criado uma percepção no campo político de que os militares não eram mais confiáveis como fiéis da balança e, por isso, não eram mais um instrumento que se poderia contar em uma inter-

venção. No campo econômico, a administração civil-militar da economia havia gerado crescimento não sustentável, o que era notável na fragilidade do país a crises externas e na galopante inflação.

A redemocratização tem como efeito a continuação da tendência de redução da autonomia política das Forças Armadas, em que pese certa resistência do alto comando. Se, no governo Sarney, a literatura a respeito retrata o período como de tutela dos militares, no governo Collor, essa autonomia é mitigada em diversos aspectos, entre elas, a redução da influência da comunidade de informações e segurança, com a revisão do *status* ministerial do Estado Maior das Forças Armadas e a extinção do Serviço Nacional de Informações.

5 – REAÇÕES À POSSIBILIDADE DE “REVANCHISMO”

A saída das Forças Armadas do centro do poder e o novo equilíbrio político motivam a reação dos militares ligados à repressão que se aliam, por laços corporativos, a oficiais que não atuaram na repressão, mas que mantinham a congruência de valores institucionais e ideológicos do regime militar. Eles se organizam em grupos de pressão política, motivados pelo ressentimento que tinham da sociedade (que não lhe dava maior status e reconhecimento) e pelo receio de serem julgados pelos crimes cometidos nos anos autoritários.

Esses grupos de pressão política buscam o apoio da sociedade para manter uma agenda positiva ao regime militar e vão, numa disputa de corações e mentes, fazer palestras e lançar documentos, jornais e livros com as suas versões da história em quartéis e clubes. Ao longo do período de redemocratização, esses grupos se desdobram em publicar artigos na revista do Clube Militar, na confecção dos jornais *Letras em Marcha* e *Ombro a Ombro* e, em uma série de atividades correlatas, entre elas o envio de cartas a jornais de grande circulação. Distribuídos em cidades como o Rio de Janeiro, Fortaleza e Belo Horizonte, são constituídos muitas vezes com estatutos formais, por militares da reserva, em geral coronéis e generais.

A presença desses grupos se torna mais notável na imprensa quando entidades civis, especialmente as ligadas aos Direitos Humanos,

reivindicam nova memória sobre o regime militar e a punição dos agentes envolvidos em crimes de lesa-humanidade. Em 1985, quando o relatório *Brasil: Nunca Mais* foi lançado, setores dentro e fora das Forças Armadas começaram a reagir. Nesse aspecto, a denúncia que a atriz Bete Mendes fez do adido militar no Uruguai, coronel Carlos Alberto Ustra, de ter sido o doutor Tibiriçá, torturador do Doi-Codi, abriu caminho para um longo processo em que a sociedade civil e setores do Exército tentaram fincar posições sobre o regime militar.

Houve também ações isoladas: em 1986, Marco Pollo Giordani, militar e ex-agente do Doi-Codi, publicou o livro *Brasil Sempre*, um contraponto ao relatório *Brasil Nunca Mais*. Se esse último, elaborado pela Arquidiocese de São Paulo, listava uma série de crimes e agentes envolvidos na repressão, a obra escrita por Giordani, com base em documentos sigilosos, mostrava as vítimas dos movimentos armados de esquerda. (TENENTE..., 1986).

Em 1987, para se contrapor ao relatório *Brasil: Nunca Mais*, foi feito levantamento por parte de oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE), entre eles o general Agnaldo Del Nero Augusto, o tenente coronel Lício Maciel e o tenente José Conegundes, que resultou no projeto *Orvil – tentativa de tomada do poder*. O livro acabou sendo vetado pelo ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. Nesse mesmo ano, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra lançou o livro *Rompendo o silêncio*, para responder as acusações feitas contra ele.

6 – NOVA PRODUÇÃO DE MEMÓRIA

Em 1995, por exemplo, alguns oficiais pertencentes a esses grupos de pressão política, receosos com a política de memória do governo Fernando Henrique Cardoso, começam a trocar cartas com a inscrição “Terrorismo Nunca Mais”, para se contrapor ao grupo Tortura Nunca Mais. Três anos depois, eles se constituem como um novo grupo de pressão política, o Ternuma, utilizando para isso as instalações no Clube Militar. A reação não era gratuita: lembremos que o governo Fernando Henrique Cardoso criaria naquele ano a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Ainda em 1995, é notável nas edições do jornal *Ombro a Ombro* artigos que versavam em temas ligados à violência política como os assassinatos do empresário Henning Albert Boilesen (DUMONT, 1995a) e do capitão Chandler (DUMONT, 1995b), o governo Médici (NEGALHA, 1995), a atuação de militantes do Partido Comunista Brasileiro (DUMONT, 1995c) e do capitão Carlos Lamarca (DUMONT, 1995d), entre outros. Também nesse período, mais precisamente em 1996, o grupo Estácio de Sá, liderado pelo general Hélio Ibiapina de Lima, vence as eleições do Clube Militar. Uma das metas da nova presidência é trazer as memórias do regime de 1964 para a revista do Clube, assim como apoiar eventos a respeito. E embora o Clube Militar seja uma entidade civil, ele não está isolado: Ibiapina recebe uma carta do então ministro do Exército, general Zenildo de Lucena, apoiando seus esforços em manter a versão institucional:

Caro Ibiapina,

Tem chamado a atenção o posicionamento de alguns autores modernos, cujos livros apresentam uma visão totalmente parcial da realidade, no que diz respeito ao movimento de 1964. Exemplo disso é o livro “Viagem pela História do Brasil”, de Jorge Caldeira e outros. Nele, são ressaltados apenas os aspectos negativos da Revolução.

Minha sugestão é que os sócios do Clube Militar, particularmente nossos oficiais da Reserva, tomem a peito a tarefa de apontar aos autores e à imprensa as distorções, sejam elas intencionais ou não. Acredito ser essa uma tarefa nobre e que constituirá um desafio à inteligência e à cultura dos companheiros, que assim podem prestar importante colaboração para o restabelecimento da verdade histórica.

Com um forte abraço,

General de Exército Zenildo de Lucena

Ministro de Estado do Exército. (SANTOS; ALVES, 2009, p. 7).

O apoio do ministro a essa produção de memória na revista do Clube Militar decanta nos anos seguintes na criação da Coleção de História Oral do Exército, instituída em março de 1999, no último ano de funcionamento do ministério do Exército. Dividida em 15 tomos, reúne 247 depoimentos de militares e civis sobre o regime cívico militar. Lançada em 2003, ou seja, 66 anos após o livro *Em Guarda Contra o Comunismo*,

mantém na maior parte de suas entrevistas a visão anticomunista sobre o processo político brasileiro que deu base ao golpe de 1964. Embora com opiniões discordantes até mesmo entre os militares consultados, a Coleção de História Oral acaba fortalecendo o discurso institucional até então presente nas ordens do dia sobre o dia 31 de março: as Forças Armadas teriam sido convocadas pelo povo para livrar o país de uma ameaça comunista. No verso de cada um dos tomos, são reproduzidos editoriais dos jornais que emprestam, sob a lógica da Política Laudatória, o papel de árbitros da política aos militares. Na contracapa do tomo 1, por exemplo, consta o editorial *Julgamento da Revolução*, publicado em *O Globo*, em 7 de outubro de 1984, no qual o jornal afirma que:

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada... Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.... Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento' ou 'golpe' com o qual não estaríamos solidários (MOTTA, 2003, contra capa).

Na mesma contracapa, outro editorial, publicado no *Jornal do Brasil* em 1º de abril de 1964, citando indiretamente as relações entre João Goulart e os praças, afirma que

desde ontem se instalou no País a verdadeira legalidade... Legalidade que o caudilho não quis preservar, violando-a no que de mais fundamental ela tem: a disciplina e a hierarquia militares. A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas (MOTTA, 2003, contra capa).

O anticomunismo e a busca por manter padrões de produção de memória institucional dentro das Forças Armadas autônomos ou, na melhor das hipóteses, dissociados do governo federal, tiveram continuidade no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Em seus dois mandatos, a política de memória avançou, mas com resistência dentro das Forças Armadas. A busca por informações sobre dois episódios conhecidos ocorridos no regime militar, a guerrilha do Araguaia e o caso Herzog, suscitaram acirramen-

to entre o ministro da Defesa, José Viegas, e o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque. O jornal *Correio Braziliense* publicou em 17 de outubro de 2004 três fotos inéditas que seriam supostamente de Vladimir Herzog na cela, momento antes de sua morte no Doi-Codi em São Paulo.³ O Exército, por meio do CComSEx, publicou uma nota sobre o período, no qual era patente o discurso anticomunista, e no qual “as medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo” (DUALIBI; SCOLESE, 2004). Ao saber do teor, Viegas solicitou ao presidente Lula a saída do comandante do Exército e, sem sucesso, acabou pedindo demissão do cargo. Em sua carta de renúncia, afirmou que:

É incrível que a nota original se refira, no século 21, a “movimento subversivo” e a “movimento comunista internacional”. É inaceitável que a nota use incorretamente o nome do Ministério da Defesa em uma tentativa de negar ou justificar mortes como a de Vladimir Herzog. É inaceitável também, a meu ver, que se apresente o Exército como uma instituição que não precise efetuar “qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico”. (VEJA..., 2014).

Como vimos, desde a redemocratização, ainda há ecos do discurso anticomunista nas Forças Armadas que se conjugam com certo grau ainda existente de autonomia política e que repercutem contra as ações orientadas para a construção de uma nova memória social. Não se trata de um fenômeno oriundo do regime cívico-militar de 1964, suas raízes são mais profundas, e se misturam tanto com a história republicana do Exército quanto com sua modernização e fortalecimento realizados no governo Vargas. A inércia desses fatores, anticomunismo e autonomia política, mesmo que reduzidos, operaram contra as ações da Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos (1995), da Comissão de Anistia (2002) e vão operar na resistência ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

³ As fotos eram na verdade do padre canadense Leopoldo d’Astous, que havia sido preso por agentes do SNI e que foi liberado tempos depois.

7 – A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Criada pela lei nº12528, de 18 de novembro de 2011, a Comissão Nacional da Verdade passou a funcionar em maio do ano seguinte no âmbito da Casa Civil, tendo, como principais objetivos, efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. A proposta de criação da CNV foi recomendada por 1200 conselheiros nacionais e se fundamenta no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos–III, de 2009.

A CNV selecionou como intervalo histórico o período entre 1946 e 1988, recorte que abrange a república de 1946, o regime cívico-militar de 1964 e uma parte da redemocratização. O período escolhido é tanto fundador, por oposição, da Nova República, quanto do Estado de Direito vigente. A violência do Estado no período tem algumas características: não é inédita, reflete a tradição de uso intensivo da repressão. Basta lembrar os primeiros anos da república, durante os governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes; ou o final da república Velha, no governo Arthur Bernardes, assim como as várias fases da Era Vargas. Outra característica dessa violência do Estado é que ela se insere na dualidade da Guerra Fria, no qual houve encarniçados conflitos entre as esquerdas e as direitas ao redor do globo, sendo seus subprodutos a lógica do anticomunismo e do inimigo interno.

A Comissão terminou o seu trabalho em dezembro de 2014, coletando mais de mil depoimentos, que resultaram em três densos relatórios dos quais sobressai uma lista com 377 nomes de agentes, militares e civis, que teriam cometido crimes durante o período de análise (1946–1988). Entre os militares ouvidos pela CNV estão os coronéis Carlos Alberto Brilhante Ustra e Paulo Malhães.

A CNV também fez 29 recomendações ao governo que vão desde a punição dos agentes citados à abertura dos arquivos militares. Cabe lembrar que a Comissão não tinha o poder de punir os agentes listados em seu relatório e tampouco mudar a Lei de Anistia.

As descobertas feitas pela Comissão abrem novos campos para melhor compreensão daquele período. Os relatos de tortura abrangem não somente aos militantes da esquerda quanto também os indígenas, cuja

narrativa sobre esse tempo histórico é praticamente ausente. O relatório também mostra que a perseguição política vai além das organizações da esquerda armada, e se insere dentro das Forças Armadas: os militares foram a categoria, em número, mais afetada pela repressão – 7500 militares sofreram algum tipo de perseguição. Além disso, trouxe valiosas informações sobre os casos Riocentro, Rubens Paiva, JK, sobre a Casa da Morte, entre outros.

Podemos afirmar que a CNV deu importantes passos em termos do direito à memória para incorporar narrativas até então não ouvidas sobre a repressão estatal e sobre a violência política, em especial no regime militar. Com a sua efetividade, foram também estabelecidas outras 81 comissões, de alcance mais limitado, mas não menos importantes.

Porém, em dois de seus objetivos, que se relacionam diretamente à batalha pela memória e às disputas políticas conjunturais, ou seja, o direito à verdade histórica e a promoção da reconciliação nacional, a Comissão sofreu uma série de resistências seja no meio militar, seja no âmbito jurídico. A CNV não foi poupada de críticas até mesmo por setores mais à esquerda.

8 – REAÇÕES À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – DENTRO DAS FORÇAS ARMADAS

De acordo com o jornal *O Globo*, em 25 de fevereiro de 2014, o Comandante do Exército, general Enzo Peri, teria determinado que qualquer pedido de informação feito pelo Poder Executivo (nos níveis federal, estadual e municipal), Ministério Público e Defensoria Pública sobre assuntos relacionados ao período entre 1964 e 1985 fosse encaminhado diretamente ao seu gabinete. A determinação, enviada para unidades militares, acabou virando notícia em agosto daquele ano, quando a reportagem de *O Globo* mostrou as dificuldades que a CNV estava tendo, no Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro, em apurar as condições em que havia morrido Raul Amaro Nin Ferreira, engenheiro e militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Sergio Suiama, um dos promotores que participavam do caso, criticou a ordem do general, alegando ir de encontro à lei 75/93, que permite aos promotores solicitar informações diretamente

nas unidades. A decisão também foi criticada por integrantes da Comissão Estadual da Verdade (OTAVIO, 2014). Como reação ao ofício do general, em setembro, 21 grupos de Direitos Humanos e 105 ex-presos políticos enviaram uma carta à presidente Dilma Rousseff pedindo a demissão do comandante do Exército. Respondendo às críticas, o general Peri enviou nota à imprensa no qual explicava que a determinação de centralizar os pedidos de informações era uma forma de “padronizar procedimentos, contextualizar os fatos, evitar o fornecimento de informações incompletas e atender o mais rápido possível às demandas” (BRASIL, 2014). E ainda buscou esclarecer que a determinação havia sido realizada em novembro de 2010. A polêmica não terminou por aí.

Em dezembro de 2014, o general Sérgio Etchegoyen, na ativa, criticou abertamente o relatório da Comissão Nacional da Verdade, chamando-o, em nota, de “leviano” e afirmando ser “patético” o esforço de “reescrever a história”. O oficial, integrante do alto comando do Exército, é filho de Léo Guedes Etchegoyen, um dos 377 civis e militares citados no documento da CNV. Ele reclamou o fato de ninguém da família ter sido consultado pela Comissão, e que a entidade teria investido contra um cidadão sem possibilidade de ampla defesa (MONTEIRO, 2014). O comando do Exército tratou a questão como pessoal e não puniu Etchegoyen. No âmbito civil, líderes do governo evitaram contrastar as declarações do general, receosos em criar indiretamente um mártir (GOVERNO..., 2014).

9 – REAÇÕES À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE - ENTRE OS MILITARES DA RESERVA

Como vimos, os militares da reserva organizados em grupos de pressão política reagiram das mais diversas formas às políticas de memória e direitos humanos ao longo da redemocratização. Quando Dilma Rousseff foi eleita, a apreensão desses militares com um provável recuo da lei de anistia é visível nas críticas que tecem ao governo. Tal preocupação também transparecia no Clube Militar. Em março de 2012, os presidentes dos clubes militares das três forças lançaram nota no qual desacreditavam o discurso de conciliação da presidente:

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte, não haverá discriminação, privilégios ou compadrio. A partir da minha posse, serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política. No dia 31 de outubro de 2010, após ter confirmada a vitória na disputa presidencial, a Sra Dilma Rouseff proferiu um discurso, do qual destacamos o parágrafo acima transcrito. Era uma proposta de conduzir os destinos da nação como uma verdadeira estadista.

Logo no início do seu mandato, os Clubes Militares transcreveram a mensagem que a então candidata enviara aos militares da ativa e da reserva, pensionistas das Forças Armadas e aos associados dos Clubes. Na mensagem a candidata assumia vários compromissos. Ao transcrevê-la, os Clubes lhe davam um voto de confiança, na expectativa de que os cumprisse. Ao completar o primeiro ano do mandato, paulatinamente vê-se a Presidente afastando-se das premissas por ela mesma estipuladas. Parece que a preocupação em governar para uma parcela da população sobrepuja-se ao desejo de atender aos interesses de todos os brasileiros. (MANIFESTO..., 2012, grifo do autor.).

Ao longo da nota, os autores mostram inquietude em relação às falas das ministras Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos e Eleonora Menicucci, da Secretaria de Promoção de Políticas para a Mulher, sobre a vigência da lei de Anistia e o regime militar. Esse pronunciamento seria uma prévia de uma série de reações que estavam por vir com a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Logo da aprovação da CNV, o coronel da reserva Pedro Ivo Moézia Lima protocolou ação popular em um juizado de Brasília contra a Comissão (LIMA, 2011). Em Belo Horizonte, o grupo Inconfidência lançou uma edição do seu jornal criticando a Comissão, com vários artigos sobre o regime militar sob o ponto de vista favorável à intervenção política das Forças Armadas naquele período, aos militares e aos agentes da repressão (JORNAL INCONFIDÊNCIA, 2011). Na mesma linha do grupo Inconfidência, o grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) do Rio de Janeiro, lançou em seu site uma série de artigos criticando os propósitos e o trabalho da CNV (PEREIRA, 2011). Outros artigos com o mesmo teor foram publicados ao longo do funcionamento da Comissão.

Em março de 2013, os clubes militares das três forças lançaram nota conjunta em que chamam os integrantes da CNV de “democratas arrivistas” e “arautos da mentira”, no qual “disfarçados de democratas”, são os “totalitários de sempre”. Na nota, ainda, eles declaram que:

Ao arrepio do que consta da Lei que criou a chamada “Comissão da Verdade”, os titulares designados para compô-la, por meio de uma resolução administrativa interna, alteraram a Lei em questão limitando sua atividade à investigação apenas de atos praticados pelos Agentes do Estado, varrendo “para debaixo do tapete” os crimes hediondos praticados pelos militantes da sua própria ideologia. (MILITARES DA RESERVA..., 2013).

Em julho de 2013, os clubes militares entraram com representação conjunta contra a Comissão na Procuradoria Geral da União. Sem sucesso, no ano seguinte, protocolaram ação na Justiça Federal em Brasília. Em 2014, o Clube Militar continuou se colocando contra a Comissão Nacional da Verdade. A edição trimestral de sua revista correspondente aos meses de fevereiro a abril de 2014 foi concebida tendo como assunto principal o regime cívico militar de 1964. As 144 páginas e os 34 artigos escritos por civis e militares exploraram, sob o ponto de vista favorável ao regime, os motivos para a conflagração do golpe e análises sobre o governo. Nos artigos, há também a reprodução de documentos oficiais e de trechos da obra *Orvil, tentativa de tomada do poder*. Embora tivesse sido escrito em 1987 como um contraponto ao relatório *Brasil Nunca Mais*, o livro acabou sendo lançado em 2013, agora como resposta à Comissão Nacional da Verdade (MAYRINCK, 2013).

Quando do lançamento do relatório da Comissão, os clubes se manifestaram novamente. Em reportagem da BBC Brasil, o vice-almirante Paulo Frederico Soriano Dobbin, presidente do Clube Naval, criticou o viés da CNV, ao alegar que:

As famílias dos 124 brasileiros mortos por essas ações merecem que a história de seus filhos e parentes sejam contadas também. Só assim a nação estaria pacificada. A dor de uma mãe que perde seu filho para a tortura ou para o terror é exatamente igual (...) Assim como os excessos eventualmente praticados por agentes do Estado, não se podem varrer para baixo do tapete crimes de morte, sequestros, julgamentos (julgamentos e execuções cometidos por guerrilheiros contra os próprios

colegas) praticados por aqueles que se confrontavam com forças do governo (KAWAGUTI, 2014).

No mesmo tom, se posicionou o presidente do Clube Militar, general Gilberto Pimentel, “de forma nenhuma nós pretendemos defender excessos, de que forma for. Tanto violações de direitos humanos por tortura, terrorismo, e também aqueles outros crimes chamados hoje de hediondos [...]” (KAWAGUTI, 2014).

Segundo a reportagem, os militares da reserva se queixavam de que a Comissão, que tinha como objetivo apurar os fatos ocorridos entre 1946 e 1988, concentrou seus dados nos crimes cometidos por agentes do Estado a partir do regime de 1964, o que para eles se caracterizaria por revanchismo. Os oficiais do alto-escalão consultados pela reportagem diziam manter postura legalista e afirmaram que as recomendações e acusações da CNV não se traduziriam em punições mais severas. Um desses, general da ativa, destacou, sob condição de anonimato, que “criar confrontos ideológicos em pleno século 21 não é produtivo, é preciso olhar para a frente, não para o passado” (KAWAGUTI, 2014).

10 – OUTRAS REAÇÕES

No Poder Judiciário, o Superior Tribunal Militar se colocou contra alguns apontamentos do relatório final da CNV. Em nota, o órgão se posicionou contrário à afirmação de que o STM teria sido “[...] retaguarda judicial [...] para a repressão [...] conivente ou omissa às denúncias de graves violações de direitos humanos [...]” (MARTINS, 2014). Algumas entidades de Direitos Humanos também criticaram o trabalho da CNV. Ainda em 2012, a Comissão foi alvo de críticas por manter o sigilo e pela falta de autonomia em punir os acusados (TOSTA, 2012).

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, analisamos documentos de grupos de pressão política formados por militares da reserva que se colocaram contra a ideia de revisão do passado. Mostramos ações desses grupos e de

instituições como o Clube Militar e as próprias Forças Armadas em torno dessa batalha da memória. Por fim, apresentamos alguns documentos e ações feitas por essas entidades durante e após a aprovação da CNV. Relacionamos essas ações e reações com duas características que permearam por muito a identidade das Forças Armadas brasileiras: a autonomia política e o anticomunismo.

Essas duas características ainda são expressas nos discursos dos grupos de pressão política de militares da reserva e em algumas fontes das Forças Armadas. De certa forma são empecilhos à melhor adequação da instituição ao ambiente contemporâneo, no qual se demanda à democracia a incorporação das mais diversas pautas, das mais dissonantes vozes. No que tange à autonomia política, embora tenha se reduzido com o tempo, ainda há um longo caminho para um melhor controle civil objetivo sobre as Forças Armadas, no qual, além da subordinação, esteja implícita a assunção de responsabilidades por parte do poder civil no tocante à Defesa. No que se refere ao anticomunismo, não oferece mais base alguma para entender a complexidade da sociedade brasileira e do mundo atual, marcado por movimentos políticos multifacetados. São ecos de outra época, que resistem e impedem o diálogo denso e profundo entre a sociedade e suas Forças Armadas.

Processos relacionados à política de memória são complexos e sem uma solução comum. Em alguns países como a África do Sul, a conciliação foi possível. Em outros, como a Argentina, o julgamento dos principais responsáveis foi realizado. No Brasil, nem conciliação nem julgamento foram possíveis. Mas isso não quer dizer que a Comissão Nacional da Verdade deixou de cumprir seu papel. Cada ambiente e cada momento oferece uma série de resistências ao processo de construção de memória e conciliação. Após 53 anos do golpe cívico militar, após 32 anos do primeiro governo civil, há uma série de lacunas abertas. As descobertas oriundas do trabalho da Comissão Nacional da Verdade podem ser úteis para o melhor entendimento dos processos políticos nacionais, para a compreensão da tradição autoritária, para a reflexão sobre a conciliação, a impunidade e a cultura da violência no Brasil.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta que 434 pessoas morreram ou desapareceram devido à repressão estatal. Lista 377 civis e militares envolvidos na repressão. Coleciona mais de mil depoi-

mentos. Um acervo considerável para a memória da nação. Os relatos, os dados colhidos pela CNV mostram em detalhes o grau de cruzeza levado por agentes do regime, violência com desdobramentos ainda presentes.

Não podemos dizer que, a despeito das doutrinas e técnicas importadas, a violência política se resume no regime inaugurado em 1964. A República Velha apresentou episódios cruentos, com guerras civis, como a Revolta Federalista e a Revolta de Canudos, com milhares de mortes contabilizadas. No período Vargas, a guerra civil de São Paulo vitimou centenas; em um ano e meio de funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional, cerca de 1400 pessoas foram sentenciadas.

A diferença do regime de 1964 em relação a outros períodos republicanos se dá pela proximidade da construção de uma agenda de Direitos Humanos em escala global e pela construção de um Estado Democrático de Direito mais inclusivo. E nesse aspecto a criação das comissões (Desaparecidos, Anistia e Verdade), a despeito de todas as limitações dadas pela conjuntura política, e pela resistência oriundas da cultura de autonomia política e de anticomunismo, cumpre importante papel no fortalecimento do conceito contemporâneo de democracia.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Nota de esclarecimento à imprensa*. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/imprensa/documentos-a-imprensa/-/asset_publisher/q1C63hUujx8r/content/nota-de-esclarecimento-a-imprensa?inheritRedirect=false>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- CARMO, M. Brasileiros são os que menos confiam em democracia na América Latina, diz pesquisa. *BBC Brasil*, São Paulo, 27 out. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41780226>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- CARVALHO, J. M. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e instituição (1889–1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COELHO, E. C. *Em busca da identidade, o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, P. R. Militares, a Comissão Nacional da Verdade e a democracia: uma reflexão para a história e o presente. In: VIEIRA, R. L. *Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964–2014)*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 249–270.

- DUALIBI, J.; SCOLESE, E. Viegas pede demissão e Lula nomeia Alencar para Defesa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200402htm>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- DUMONT, F. O assassinato de Boilesen. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, jan. 1995a.
- _____. O assassinato do Capitão Chandler. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, jan. 1995b.
- _____. Alguns crimes do PCB. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, mar. 1995c.
- _____. Lamarca, a trajetória de um desertor. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, maio 1995d.
- ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. *Em guarda contra o comunismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938.
- FERREIRA, O. S. *Vida e morte do Partido Fardado*. São Paulo: Senac, 2000.
- GOVERNO não retaliará general que criticou relatório da CNV. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/governo-nao-retaliara-general-que-criticou-relatorio-da-cnv-ehaqqeff2cpyqwr8jztxv6o9a>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- JORNAL INCONFIDÊNCIA. Edição 173, dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/images/pdf/jornaisanteriores/inconfidencia173.pdf&embedded=true.pdf&embedded=true>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- KAWAGUTI, L. Ex-militares tentam barrar na Justiça relatório da Comissão da Verdade. *BBC Brasil*, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141208_militares_relatorio_lk.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- LIMA, P. I. M. *Ação popular contra a Comissão da Verdade*. [S. l.]: Grupo Inconfidência, 2011. Disponível em: <http://grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=1332:acao-popular-contra-a-comissao-nacional-da-verdade&catid=58:introducao&Itemid=528>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- MACHADO, F. B. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979–2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MANIFESTO Interclubes Militares. *Ternuma*, 16 fev. 2012. Disponível em: <<https://ternuma.com.br/index.php/art/1423-manifesto-interclubes-militares>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- MARTINS, H. STM aponta equívocos e critica relatório da Comissão Nacional da Verdade. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 15 dez. 2014 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/stm-aponta-equivocos-e-critica-relatorio-da-comissao-nacional-da>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

- MAYRINCK, J. M. Militares põem em livro versão sobre repressão. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,militares-poem-em-livro-versao-sobre-repressao,985167>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- MILITARES DA RESERVA chamam Comissão da Verdade de ‘totalitária’. *FolhaPress*, Valor Econômico, São Paulo, 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3065864/militares-da-reserva-chamam-comissao-da-verdade-de-totalitaria-ou-as-ferramentas-oferecidas-na-pagina>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- MONTEIRO, T. Primeiro General da ativa chama relatório da Comissão da Verdade de ‘leviano’. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,primeiro-general-da-ativa-chama-relatorio-da-comissao-da-verdade-de-leviano,1605521>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- MOTTA, A. *História oral do Exército, 1964 - 31 de março*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.
- NEGALHA, J. Saudades de Médiçi. *Ombro a Ombro*, Rio de Janeiro, fevereiro, 1995.
- OLIVEIRA, E. R. *Democracia e Defesa Nacional: a criação do ministério da Defesa na Presidência de FHC*. Campinas: Manole, 2005.
- OTAVIO, C. Anos de chumbo: comandante impõe silêncio ao Exército. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 2014. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/anos-de-chumbo-comandante-impoe-silencio-ao-exercito-13690198>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- PEREIRA, V. F. A. Uma abominável busca da verdade. *Ternuma*, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.php/art/1507-uma-abominavel-busca-da-verdade-valmir-fonseca-azevedo-pereira>>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- SANTOS, E. H. J.; ALVES, V. C. A trincheira da batalha da memória, a versão dos grupos de civis e militares da reserva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA – ABED, 3., 2009, Londrina. *Anais eletrônicos...* Londrina: UEL, 2009. Disponível em: <www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/EduardoHelenodeJesusSantos.doc>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- SOARES, S. A. *Controle e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974–1999)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- TENENTE do exército lançará livro em resposta a ‘Brasil: nunca mais’. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1986.
- TOSTA, W. Comissão da Verdade rebate críticas de ONGs. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2012. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,comissao-da-verdade-rebate-criticas-de-ongs,916042>>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- VEJA a íntegra da carta de demissão de José Viegas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65514.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2017.